

# Apelo do ministro da Fazenda no BID

A reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que se iniciou domingo, transcorre em clima de tensão, porque os Estados Unidos se negam a aumentar os fundos do organismo regional enquanto não conseguirem direito de voto sobre os empréstimos deste. Pelo terceiro ano consecutivo, o BID, por escassez de fundos, teve de reduzir o valor de seus empréstimos, embora seus mutuários estejam carreando para seus cofres maiores recursos.

Em meio a essa atmosfera carregada, o ministro Mailson da Nóbrega fez em seu discurso um apelo aos bancos credores, representados na assembleia por seus presidentes, no sentido de que acelerem o processo de renegociação da dívida externa do Brasil.

Em sua alocução, o ministro da Fazenda procurou resguardar-se de qualquer animosidade que pudesse eriar uma atitude de confrontação. Reconheceu os erros do passado, notadamente a decretação da moratória, e admitiu que o Brasil enfrenta sérias dificuldades econômicas, embora tenha tomado algumas medidas para iniciar seu processo de ajustamento. Anunciou a decreta-

ção de novas medidas destinadas a combater o déficit público, que se tornou a principal prioridade da política econômica do Brasil, e reiterou sua convicção em que "ajustamento e crescimento podem ser compatíveis". Seu discurso foi muito bem recebido, por haver o sr. Mailson da Nóbrega reconhecido os erros do passado e dar prioridade ao combate da inflação por meio do controle do déficit público, sem cogitar de soluções mágicas.

Por outro lado, porém, o ministro Mailson da Nóbrega encareceu a necessidade de uma contribuição da comunidade internacional financeira para o Brasil: "Qualquer tentativa no sentido de levar a cabo uma reforma como a descrita acima necessita ser acompanhada de uma completa normalização das relações do Brasil com a comunidade financeira internacional. Retomar o crescimento requer ingresso adequado de capital que permite uma redução real das transferências para o Exterior".

Reportou, com detalhes, os esforços feitos pelo Brasil no sentido de normalizar tais relações e frisou que tal normalização abrangeia to-

da a comunidade financeira: bancos, FMI, Banco Mundial, BID e Clube de Paris. Mas lançou um apelo para que se acelere a conclusão do acordo com os bancos credores. O ministro mostrou-se discreto nas suas queixas, para não criar dificuldades neste momento melindroso, mas deixou transparecer certa amargura ante a inércia da presente fase. Aliás, com razão, pois, após várias demonstrações de boa vontade por parte do Brasil, os bancos credores vêm-se mostrando a cada dia mais exigentes. Agora, por exemplo, comenta-se que, para desembolsar novos recursos, os credores exigem o aval do Banco Mundial.

Os argumentos dos credores são, talvez, respeitáveis, mas estão colocando o Brasil diante de grave impasse. Os bancos, que já tiveram de aumentar suas provisões para conceder novos empréstimos, têm de continuar a aumentá-las. Por outro lado, devido à incerteza da situação política do Brasil, perguntam-se se os representantes do governo brasileiro serão bastante fortes para arcar com o cumprimento dos compromissos, a despeito do atual Congresso, em que uma minoria se opõe

ao acordo e condena qualquer entendimento com o FMI.

As exigências dos credores são, porém, pouco simpáticas, e não têm base no processo de renegociação. O FMI, certamente, pode dar seu aval moral assinando um acordo *stand by*, mas parece muito difícil o Banco Mundial dar um aval que não recaia nas suas atribuições. Sabe-se que o Banco Mundial está disposto a ajudar o Brasil, sobretudo se for firmado o acordo com o FMI. Poderá até conceder ao Brasil maiores empréstimos, mas não se vê como seus estatutos poderiam permitir-lhe dar aval a novos empréstimos dos bancos credores, seu aval moral restringindo-se apenas a operações de co-financiamento.

A comunidade financeira internacional precisa mostrar-se menos inflexível. O Brasil cometeu no passado muitos erros, mas, agora, com a nova equipe econômica de governo, tem dado provas de sensatez, lucidez e boa vontade. Se a comunidade financeira permanecer inamovível, o País será provavelmente arrastado a uma grave crise, que certamente não seria nada vantajosa para seus credores.